

Exma. Senhora Presidente
da Comissão Parlamentar de Administração
Pública, Ordenamento do Território e Poder
Local
Deputada Isaura Morais

S. Bento, 8 de junho de 2022

Assunto: Audição da Ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, no âmbito do PREVPAP

O PREVPAP foi criado como programa de regularização extraordinária dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes da Administração Pública, de autarquias locais e de entidades do setor empresarial do Estado ou do setor empresarial local, sem vínculo jurídico adequado.

Este programa constituiu uma das concretizações da Estratégia Nacional de Combate à Precariedade prevista na Lei do Orçamento do Estado para 2017. Por sua vez, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro de 2017, estabeleceu que este programa extraordinário teria início até 31 de outubro de 2017 e que a conclusão deveria ocorrer até 31 de dezembro de 2018.

O Bloco de Esquerda bateu-se para que a lei clarificasse a inclusão no processo de trabalhadores que não estavam explicitamente incluídos numa fase inicial (os estagiários e estagiárias; os bolseiros e bolseiras de investigação; os trabalhadores das entidades autónomas dentro da Administração Pública; os trabalhadores – docentes e não docentes – das Universidades, incluindo as que têm estatuto de Fundação; os trabalhadores intermediados por empresas de trabalho temporário ou por falsos outsourcings; os trabalhadores das autarquias...), bem como pela introdução de princípios de

transparência e de proteção capazes de credibilizar o programa, disponibilizar informação e de garantir que ninguém ficaria para trás.

A transparência e informação que devem pautar um processo com esta importância e dimensão ficou definida, por iniciativa do Bloco de Esquerda, no artigo 15.º da Lei do PREVPAP, que previa a publicidade de um conjunto de informação, quer numa fase anterior, quer numa fase posterior à intervenção das Comissões de Avaliação Bipartida (CAB).

Contudo, no site criado para este efeito, não é possível consultar toda informação referente a este processo, uma vez que, no que diz respeito aos concursos, apenas estão disponíveis os dados da Administração Central, ficando de fora, designadamente, a Administração Local e o Sector Empresarial do Estado. Também não se encontram acessíveis os dados que estabeleçam a relação entre o número de decisões favoráveis e a respetiva conversão em vínculos de emprego público, dado que não basta conhecer quantas vagas foram abertas nos procedimentos concursais (que constam do site), mas aquelas que acabaram por ser finalmente preenchidas.

Importa, pois, fazer um balanço da aplicação deste programa, que ainda não se encontra inteiramente concluído, nomeadamente por razões imputáveis à tutela. O protelar da conclusão deste processo tem efeitos permanentes na vida profissional e familiar de trabalhadores que mantêm uma relação precária com a Administração Pública há já vários anos. Na realidade, mesmo em serviços onde o processo foi concluído, parece não ter havido uma correção posterior do paradigma de contratação, com a existência de novas situações de precariedade.

Neste sentido, deve o Parlamento dispor de toda a informação atualizada sobre os dados do PREVPAP, nomeadamente no que diz respeito à Administração Local e ao Setor Empresarial do Estado, bem como que sejam disponibilizados, setor a setor, ministério a ministério e empresa a empresa, os dados referentes ao número de vínculos de emprego público criados a partir das decisões favoráveis do processo.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição da Ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, no âmbito do PREVPAP, e ainda que sejam previamente enviados a esta Comissão os dados atualizados referentes ao PREVPAP, nomeadamente no que diz respeito à Administração

Local e ao Setor Empresarial do Estado, e ainda que da informação enviada resulte o número de decisões favoráveis que originaram a criação de vínculos de emprego público nos vários setores da Administração Pública.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

José Soeiro